

Vitória dos Motoboys

Presidenta Dilma sanciona Lei que dá 30% de adicional para motoboys

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, na tarde desta quarta-feira (18), em Brasília, projeto de Lei que estabelece adicional de periculosidade 30% para os motoboys e motofretistas. O ato contou com a presença do sindicalista, **Ricardo Patah**, presidente nacional da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, central sindical, que representa a grande maioria dos sindicatos de motoboys do Brasil, categoria que reúne mais de 2 milhões de trabalhadores em todo o País.

O projeto de Lei, do senador Marcelo Crivela (RJ) modifica a CLT e inclui as atividades de motofretista e mototaxista entre as funções de risco e com direito a adicional sobre o salário.

Ao usar a palavra **Ricardo Patah** lembrou que a presidenta Dilma estava cumprindo uma promessa que havia feito aos motoboys quando de sua visita a sede do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo.

"Os motoboys, presidente Dilma, serão eternamente gratos a sua excelência. A profissão de motoboy por si só é muito perigosa. Diariamente dezenas de motoboys e motofretistas morrem ou ficam com sequelas, vítimas de acidentes no exercício de sua atividade. Reconhecer a atividade como perigosa é um importante passo para o reconhecimento da profissão de motofretistas que, tenho certeza, será feito ainda na gestão de sua Excelência, presidenta Dilma.



Patah também entregou a presidenta Dilma, em nome da UGT, uma carta de desagravo, pelos atos registrados quando da abertura da Copa do Mundo na Arena Corinthians. O presidente da UGT assegurou que a "UGT, manifesta total repúdio à postura daqueles que, durante a abertura da Copa do Mundo, em atitude grosseira e má educação, utilizaram termo de baixo calão para ofender Vossa Excelência e, por extensão, a instituição da presidência da República do Brasil. Ofendida não foi apenas Vossa Excelência. Ofendidos fomos todos nós que cultivamos amor e respeito à Pátria e às instituições republicanas", sentenciou.

A presidenta Dilma Rousseff, em seu pronunciamento, disse que queria "dirigir um cumprimento muito especial ao Ricardo Patah, presidente da UGT. "Eu tive uma audiência com o Patah e ele trouxe para mim toda a questão e a sensibilidade sobre o problema dos mototaxistas, dos motoboys e dos motofretistas. E esse problema era um problema social, econômico e humano. Econômico, porque, hoje, é inconcebível uma cidade sem motoboy. E social porque quantas mães devem a vocês receber uma entrega rápida de seus remédios? Na hora que a criança está passando mal e ela não tem a quem recorrer de madrugada, são vocês que levam os remédios. São vocês também que, nos momentos de alegria, levam a pizza lá, para que a pessoa e a família possa comemorar até o gol do Brasil", sentenciou a presidenta.

"Então vocês fazem parte da vida das cidades brasileiras, vocês são parte integrante. E é impossível este país não enxergá-los, é impossível que nós continuemos deixando que vocês não sejam vistos, porque a gente só é visto quando os nossos direitos são reconhecidos. Então eu quero dizer que o Ricardo Patah deu uma grande contribuição para vocês se tornarem visíveis", finalizou Dilma

A cerimônia contou com a presença de mais de 200 motoboys de São Paulo, liderados por Gil, presidente do sindicato da categoria. Ele comemorou a sanção da Lei e assegurou que "agora na nossa Convenção Coletiva vai constar o adicional de 30%, que terá que ser pago imediatamente.

Leia neste número:

Vitória dos Motoboys	01
Sancionado o Plano Nacional da Educação	02
BRICS Sindical	02
OIT reforça luta contra o trabalho escravo	03
O direito internacional após o direito de greve	03
Mais Negros nos Serviços Públicos	04
Farmacêuticos da FEIFAR se filiam à UGT	04
Índice Global de Direitos da CSI	04

Sancionado o Plano Nacional da Educação

Ricardo Patah, presidente da UGT

A presidente Dilma sancionou na semana passada, sem vetos, o Plano Nacional de Educação (PNE). A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** comemora a aprovação do Plano porque considera a Educação essencial para o desenvolvimento do Brasil e para a melhoria das condições de vida e de trabalho de nossa população.

O Plano tramitou no Congresso brasileiro durante quatro anos e a sua aprovação é um dos frutos das manifestações de junho passado.

O Plano estabelece 20 metas para a educação brasileira e atende a uma reivindicação prioritária da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** : a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. Essa parcela será atingida no décimo ano de vigência do plano. Até o quinto ano, 7% do PIB serão destinados para a educação – uma meta modesta, já que hoje 6,4% do PIB encontraram esse destino.

O Plano tem metas ambiciosas: aumentar em mais de 10 milhões o número de matrículas no Brasil, além de triplicar as vagas de ensino técnico; elevar o salário de professores; erradicar o analfabetismo e ampliar em 80% o número de doutores titulados a cada ano.

O Plano pretende que os alunos das séries iniciais do ensino fundamental atinjam, até 2021, nível similar de conhecimento dos alunos dos países desenvolvidos

A UGT entende que é fundamental, para o cumprimento dessas metas, que o trabalho dos professores seja valorizado, com melhores salários, plano de carreira, mais incentivos e melhor formação.

O Plano quer garantir o diploma superior para todos os professores – hoje cerca de um terço dos professores não têm o curso de Licenciatura. Todos os municípios deverão organizar Planos de carreira para seus profissionais da educação.

O Plano não prevê punições para o não cumprimento de suas metas e, portanto, é fundamental a fiscalização de todos para que elas sejam cumpridas: os pais e professores, os sindicatos, as organizações civis, os políticos, os gestores, todos os brasileiros devem garantir que a lei não seja inócua.

A União Geral dos Trabalhadores, que sempre desfraldou a bandeira da Educação, se compromete desde já a acompanhar a plena efetivação do Plano Nacional da Educação até a sua vigência em 2024 e lutar para que as suas metas, inclusive a que prevê 10% do PIB para a Educação, sejam antecipadas.



Leia também
Priorizar avanços
na educação –
artigo de Ricardo
Patah de 2011.

BRICS Sindical

Centrais brasileiras esperam oficializar BRICS Sindical em Julho

Representando a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, Rumiko Tanaka participou, nesta segunda-feira (16), de uma reunião na sede da CTB nacional, com representantes das demais centrais sindicais, para discutir a formação do BRICS Sindical.



BRICS é o grupo de cooperação formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que terá também um braço sindical visando fortalecer a luta da classe trabalhadora e a ampliação dos direitos trabalhistas nesses países.

Nos dias 06 e 07 de julho, quando todas as centrais sindicais estiverem em Genebra, haverá uma reunião para finalização de uma proposta básica, e, durante a realização do próximo encontro entre os países do BRICS, que está agendado para o Brasil, nos dias 15 e 16 de julho, em Fortaleza, será oficializado o BRICS Sindical, que conta com o apoio do governo brasileiro.

O objetivo é fortalecer uma agenda trabalhista unitária e formas de enfrentamento da crise econômica internacional. Participam da iniciativa, além da UGT e das Centrais brasileiras, quatro entidades da África, duas da Índia, uma da Rússia e uma da China.



Leia a Proposta
para o BRICS
Sindical

OIT reforça luta contra o trabalho escravo

Conforme previsto pelo nosso companheiro **Wagner Souza** (na foto), a OIT adotou um novo Protocolo para combater as formas modernas de trabalho forçado

A **Organização Internacional do Trabalho** adotou um novo Protocolo legalmente vinculante para reforçar a luta contra o trabalho forçado em todo o mundo.

O Protocolo, respaldado por uma Recomendação, foi adotado na Conferência Internacional do Trabalho em Genebra por delegados de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores por 437 votos a favor, 8 contra e 27 abstenções.

O novo Protocolo atualiza a **Convenção 29 da OIT sobre Trabalho Forçado**, uma norma internacional aprovada em 1930, com o objetivo de enfrentar práticas como o tráfico de seres humanos. A Recomendação oferece diretrizes técnicas para sua aplicação.



“O Protocolo e a Recomendação representam um passo importante na luta contra o trabalho forçado e refletem o compromisso de governos, empregadores e trabalhadores com a eliminação das formas modernas de escravidão”, disse o Diretor Geral da OIT, Guy Ryder.

“O trabalho forçado é uma violação dos direitos humanos e da dignidade de milhões de mulheres e homens, meninos e meninas que também contribui para a perpetuação da pobreza e é um obstáculo para o objetivo de oferecer trabalho decente para todos”, acrescentou Ryder.

Atualmente existem cerca de 21 milhões de pessoas vítimas de trabalho forçado em todo o mundo. Um relatório publicado pela OIT recentemente estima que a cada ano as formas modernas de escravidão geram ganhos de 150 bilhões de dólares à economia privada.

O Protocolo reforça o marco legal internacional ao introduzir novas obrigações relacionadas com a prevenção do trabalho forçado, com a proteção das vítimas e com o acesso a compensações, por exemplo, no caso de danos materiais ou físicos. *(Notícias da OIT)*

O direito internacional apóia o direito de greve

Um novo relatório jurídico de 122 páginas confirmando que o direito à greve é protegido pelo direito internacional, foi publicado pela Confederação Sindical Internacional (CSI), enquanto os empregadores tentam derrubar décadas de jurisprudência da OIT.

Durante a 103ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada este mês em Genebra, representantes dos empregadores na OIT persistiram em seus esforços para restringir a Convenção 87 da OIT sobre a Liberdade de Associação, que garante aos trabalhadores o direito de convocar e participar de uma greve.

Sharan Burrow, secretária-geral da CSI, disse na Conferência da OIT: “Os empregadores estiveram chantageando o sistema da OIT, tentando retirar uma garantia de mais de 50 anos no direito internacional para eliminar a garantia de fundamental dos direitos humanos. As normas da OIT estão se tornando cada vez mais importante nos acordos internacionais sobre comércio e do investimento, e como diretrizes para a empresa responsável, e os grupos conservadores de empregadores querem eliminar qualquer significado real das mesmas. A CSI e suas organizações afiliadas estão determinadas a enfrentar este desafio e garantir que os trabalhadores de todo o mundo não sejam forçados a continuar a trabalhando quando seus patrões se recusam a pagar um salário justo e oferecer-

Como evidenciado pelo Índice Mundial de Direitos da CSI, o direito à greve é muitas vezes limitada por lei e violado na prática em muitos países ao redor do mundo. No Camboja, os empregadores pediram recentemente ao governo para revogação da Convenção 87 da OIT, ao denunciando ao mesmo tempo o sindicato que organizou uma manifestação para protestar contra os miseráveis salários pagos no setor de vestuário.

“Os argumentos do Grupo dos Empregadores na OIT não tem base legal. Estou convencida de que o argumento do CSI apresentado em nosso novo relatório, vai prevalecer em qualquer tribunal internacional”, disse Burrow.



Veja a
íntegra do
protocolo,
em espanhol



Leia o Resumo
executivo do
Informe em
espanhol



Mais Negros nos Serviços Públicos

UGT acompanha sanção da lei de cotas para negros no serviço público

A **secretária nacional para Assuntos da Diversidade Humana da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ana Cristina dos Santos Duarte**, esteve presente no Palácio do Planalto, na última segunda-feira (9) onde a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que determina que 20% das vagas dos concursos públicos da União seja para negros.

Além de dirigente da UGT, Ana Cristina também é membro do **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)**, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).



A lei foi publicada no "Diário Oficial da União" de terça (dia 10), com efeito imediato e vigência pelo prazo de 10 anos. A reserva de vagas valerá para concursos destinados à administração pública federal, a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, como Petrobras, Correios, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

O texto não estende as cotas ao Legislativo, Judiciário nem a órgãos públicos estaduais ou municipais. O Senado, no entanto, decidiu instituir cota de 20% para negros e pardos nos concursos públicos e contratos de terceirização da Casa

Farmacêuticos da FEIFAR se filiam à UGT

A Federação Interestadual dos Farmacêuticos (FEIFAR) assina sua filiação à União Geral dos Trabalhadores (UGT). O encontro aconteceu durante a Reunião da Operativa da Central, na manhã desta terça-feira (17), na sede da UGT.



Para a cerimônia de filiação estiveram presentes os principais dirigentes da FEIFAR, o presidente da instituição, **Danilo Gonçalves Moreira Caser**; o vice-presidente **Alexandre Correa dos Santos**; e o primeiro vice-presidente, **Francisco Claudio Melo**.

Durante a assinatura, o **presidente da UGT, Ricardo Patah**, ressaltou a importância desta Federação que representa mais de 50 mil trabalhadores nos 10 estados da nação.

Índice Global de Direitos da CSI

O Índice Global de Direitos da CSI mostra que os direitos dos trabalhadores estão ameaçados apesar da expressão popular em favor de uma forte legislação trabalhista.

De acordo com uma nova análise feita pela Confederação Sindical Internacional (CSI), apresentado na 103ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, as empresas, explorando o poder que exercem sobre os governos, estão realizando um ataque global coordenado sobre os direitos dos trabalhadores, incluindo o direito à greve.

1.951 sindicalistas foram vítimas de violência e 629 foram detidos ilegalmente por participar da luta sindical em 2013.

O Índice Global de Direitos da CSI conclui que, embora o direito de greve seja reconhecido na maioria dos países, as leis e as práticas em pelo menos 87 países tentam excluir certos tipos de trabalhadores do direito de greve.



Índice Global de los
Derechos de la CSI de
2014

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos